

**CONTRATO Nº 003/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA INFLUENTE COMUNICAÇÃO E ESTRATEGIA LTDA, TENDO POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EDITORIALIZAÇÃO, IMPRESSÃO E TRANSPORTE DE LIVROS, BEM COMO SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL OUTDOOR E BUSDOORS, MEDIANTE REGISTRO DE PREÇOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, NA CAPITAL E NO INTERIOR, PELO PRAZO DE 12 (DOZE) MESES.**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com sede na Rua Engenheiro Arnaldo Duarte Monteiro, s/n, Quadra 04 Lote 04, Centro Político Administrativo – CEP 78.049-912 – Cuiabá -MT, inscrita no CNPJ sob o nº 02.528.193/0001-83, neste ato representado pela **Defensora Pública-Geral** do Estado, **Drª. MARIA LUZIANE RIBEIRO DE CASTRO**, nomeada pelo ATO Nº. 001/2023, de 02 de janeiro de 2023, publicado no DOE de 03 de janeiro de 2023, inscrita no CPF/MF nº 496.431.501-00, portadora da cédula de identidade RG nº 34.708.580-5 - DIC/RJ, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **INFLUENTE COMUNICAÇÃO E ESTRATEGIA LTDA**, localizada na Rua Barbosa de Freitas, 1741 – Bairro Aldeota – Fortaleza / CE, inscrita no CNPJ sob nº 28.594.525/0001-11, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado (a) por **Estefanio de Melo Silva**, portador do CPF nº 015.372.583-46 considerando a autorização para a aquisição de que trata **Processo nº 37658/2023**, Parecer Jurídico 526/2023 e 545/2023, decorrente do Pregão Eletrônico nº 31/2023, Ata de Registro de Preços 72/2023, resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 1.525/2022, Lei Estadual nº 11.123/2020 e todas alterações posteriores e, supletivamente, pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado e, ainda, pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1.** Contratação de empresa especializada em editorialização, impressão e transporte de livros, bem como serviços de comunicação visual outdoor e busdoors, mediante Registro de Preços, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, na capital e no interior, pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO:

**2.1.** A contratação será realizada por licitação na modalidade Pregão Eletrônico, por registro de preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c o Decreto Estadual nº 1.525/2022.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

**3.1** O valor total da contratação será de **R\$ 192.485,00 (Cento e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais)**.

**3.2.** Os serviços a serem contratado são:

LOTE 02 – Alta Floresta, Sinop, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso						
ITEM	CÓD. PUG	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	8900	Serviço de veiculação de outdoor OUTDOOR: 9x3 metros, 4x0 cores, impresso em lona 280grs - Impressão e Veiculação pela empresa. Arte	und	20	R\$ 1.400,00	R\$ 28.000,00

**DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS**

		produzida e disponibilizada pela contratante.  Alta Floresta: 03 Sinop: 04 Lucas do Rio Verde: 05 Nova Mutum: 03 Sorriso: 05				
--	--	--	--	--	--	--

**LOTE 03 – Barra do Garças, Rondonópolis, Primavera do Leste**

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	8901	<b>Serviço de veiculação de outdoor</b>  Barra do Garças: 03 Rondonópolis: 05 Primavera do Leste: 04	und	12	R\$ 1.315,00	R\$ 15.780,00

**LOTE 04 – Cáceres, Tangará da Serra**

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	8902	<b>Serviço de veiculação de outdoor</b> OUTDOOR: 9x3 metros, 4x0 cores, impresso em lona 280grs - Impressão e Veiculação pela empresa. Arte produzida e disponibilizada pela contratante.  Cáceres: 02 Tangará da Serra: 03	und	05	R\$ 1.400,00	R\$ 7.000,00

**LOTE 05 – Cuiabá e Várzea Grande**

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	8903	<b>Serviço de veiculação de busdoor</b> BUSDOOR: Anúncio em vidro traseiro de ônibus em adesivo em cores, tamanho conforme a especificação do tamanho do vidro, com impressão, aplicação e veiculação sob responsabilidade da contratada. Arte produzida e disponibilizada pela contratante:  Cuiabá: 40 Várzea Grande: 20	und	60	R\$ 1.710,00	102.600,00

**LOTE 06 – Sinop**

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	8904	<b>Serviço de veiculação de busdoor</b> BUSDOOR: Anúncio em vidro traseiro de ônibus em adesivo em cores, tamanho conforme a especificação do tamanho do vidro, com impressão, aplicação e veiculação sob responsabilidade da contratada. Arte produzida e disponibilizada pela contratante	und	23	R\$ 1.035,00	R\$ 23.805,00

**LOTE 07 – Barra do Garças e Rondonópolis**

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UN	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
------	------	-------------------------	----	-----	-------------	-------------

**DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS**

<b>01</b>	<b>8905</b>	<b>Serviço de veiculação de busdoor</b> BUSDOOR: Anúncio em vidro traseiro de ônibus em adesivo em cores, tamanho conforme a especificação do tamanho do vidro, com impressão, aplicação e veiculação sob responsabilidade da contratada. Arte produzida e disponibilizada pela contratante  Barra do Garças: 05 Rondonópolis: 10	<b>und</b>	<b>15</b>	<b>R\$ 1.020,00</b>	<b>R\$ 15.300,00</b>
-----------	-------------	---	------------	-----------	---------------------	----------------------

**CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E DO PRAZO DA EXECUÇÃO E OU ENTREGA:**

**4.1.** O objeto deverá ser entregue/executado nos seguintes Municípios do Estado de Mato Grosso – DPMT:

b) Lote 02 – Alta Floresta, Sinop, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso/MT

c) Lote 03 – Barra do Garças, Rondonópolis, Primavera do Leste/MT

d) Lote 04 – Cáceres, Tangará da Serra/MT

e) Lote 05 – Cuiabá e Várzea Grande/MT

f) Lote 06 – Sinop/MT

g) Lote 07 – Barra do Garças e Rondonópolis/MT

**4.2.** A Contratada se obriga ao fornecimento do objeto /a execução do serviço, nos moldes deste instrumento, nos seguintes prazos:

a) Prazo de 20 dias para a criação de projeto gráfico (identidade visual) para livro, contados do recebimento da Nota de Autorização de Despesa (NAD) que será expedida pela Gerência de Compras da DP-MT;

b) Prazo de até 25 dias, para a Impressão do livro, contados do recebimento da Nota de Autorização de Despesa (NAD) que será expedida pela Gerência de Compras da DP-MT;

c) Prazo de 5 dias úteis para devida instalação/veiculação dos Serviços de veiculação de outdoor e busdoor (contados após entrega da arte pela área técnica da Defensoria Pública e escolha do ponto disponível).

**4.3.** Todas as despesas com o fornecimento/a execução correrão por conta da empresa contratada;

**4.4.** Não acarretará quaisquer ônus, encargos ou responsabilidades para a Defensoria Pública Estadual, as despesas com funcionários da contratada no fornecimento/execução do objeto;

**4.5.** A Contratada deverá garantir a qualidade dos bens/serviços adquiridos, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da sua má execução.

**4.6.** A Contratada obriga-se a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**4.7.** Todas as despesas com instalação e mobilização necessárias à entrega do objeto correrão por conta da empresa Contratada.

**CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO:**

**5.1.** Será possível a subcontratação do objeto contratual quando cumulativamente:

**5.1.1.** Não houver vedação de subcontratação no edital e respeitados eventuais limites nele indicados;

**5.1.2.** O subcontratado possuir capacidade técnica para execução dos serviços subcontratados, além de cumprir condições de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista;

**5.1.3.** O subcontratado ou seus dirigentes deverá observar todas as vedações do §3 do art. 122 da Lei 14.133/2021.

**5.2.** É vedada a subcontratação da totalidade do objeto, a subcontratação da parcela que tenha sido critério de comprovação da qualificação técnica, quando da realização do procedimento de contratação.

## **DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS**

**5.3.** Poderá ser subcontratado o objeto pela seguradora para conclusão da sua execução, na forma do art. 102 da Lei 14.133/2021.

**5.4.** Caberá ao contratado propor a subcontratação por meio de petição fundamentada dirigida ao gestor e devidamente acompanhada da indicação do subcontratado e sua documentação, cabendo à Defensoria Pública Estadual decidir fundamentadamente sobre o pedido.

**5.5.** A subcontratação não exonera o contratado da responsabilidade pela execução de todo o objeto contratual na forma e no prazo previsto em contrato.

**5.6.** A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto Federal nº 8.538, de 2015.

**5.7.** Todas as questões referentes a subcontratação não expressas no presente tópico serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022 c/c Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO:**

**6.1.** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato e/ou da expedição da Nota de Autorização de Despesa, nos termos do art. 6º, inciso XVII da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO:**

**7.1.** O objeto do contrato será recebido conforme o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e em consonância com as regras definidas no ato convocatório.

**7.2.** Em havendo disposição diversa em contrato, o recebimento se dará nos termos do art. 294 do Decreto Estadual 1.525/2022:

**7.2.1.** em se tratando de compras ou locação de equipamentos, pelo fiscal do contrato:

**a)** provisoriamente, no ato da entrega, após a conferência do bem e quantidade, mediante Relatório, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação contratual;

**b)** definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, com aposição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal, em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação.

**7.2.2.** em se tratando de serviços, pelo fiscal do contrato ou Comissão de Recebimento:

**a)** provisoriamente, após a conclusão dos serviços, e mediante realização de vistoria para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços com a especificação contratual;

**b)** definitivamente, mediante nova vistoria e relatório detalhado, após as correções e complementações, comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais, e apresentadas as respectivas documentações exigidas no Contrato.

**7.2.3.** Constatados defeitos ou inconsistências nos produtos, obras ou serviços, compete à fiscalização rejeitá-los no todo ou em parte, conforme o caso, reduzir a termo o ocorrido e notificar o contratado para saneamento e/ou substituição, no prazo estabelecido no instrumento contratual.

**7.2.4.** Não sendo sanadas as irregularidades pelo contratado, deverá o fiscal do contrato encaminhar o caso à autoridade superior, para procedimentos inerentes à aplicação de penalidades.

**7.2.5.** Após a vistoria, a fiscalização comunicará oficialmente o contratado, indicando as correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, e estabelecendo o prazo para a execução dos ajustes, observado o disposto no art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.2.6.** Havendo necessidade premente do serviço ou da aquisição, poderá o fiscal do contrato receber provisoriamente o objeto contratual realizado parcialmente, sem prejuízo de eventual glosa quando do recebimento definitivo.

**7.3.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, bem como não excluirá a responsabilidade pela garantia do(s) produto(s) por vícios ou disparidades em relação às especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal nº 8.078/90.

**CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**8.1.** A gestão do contrato será realizada pela Primeira Subdefensoria Pública-Geral, com apoio da área técnica responsável pela execução contratual, em conjunto com a Gerência de Execução e Gestão de Contratos da Defensoria.

**8.1.1.** A gestão do contrato observará as atribuições elencadas no art. 14 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

**8.1.2.** O gestor do contrato deverá ainda se atentar ao modelo de gestão contratual, anexo a este Contrato.

**8.2.** A fiscalização do Contrato será realizada por um servidor da área técnica responsável pelo acompanhamento da execução contratual, em conjunto com o gestor do contrato.

**8.2.1.** O fiscal do contrato deverá se atentar a todas as atribuições a ele estabelecidas, notadamente pelo art. 15 do Decreto Estadual nº 1.525/2022 e aos procedimentos definidos na Instrução Normativa SCP 02-2022 e atualizações.

**8.2.2.** O fiscal do contrato deverá ainda se atentar ao modelo de execução contratual, anexo a este Contrato.

**8.2.3.** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º) (Franciele – UCI).

**8.3.** Os gestores e fiscais de contrato devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, e cientificados pessoalmente, preferencialmente por meio eletrônico.

**8.4.** Fazem parte deste instrumento os modelos de execução do objeto e o modelo de gestão de contrato.

**8.5.** O gestor e o fiscal de contrato poderão solicitar apoio aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, de acordo com o §3º do art. 312 do Decreto Estadual 1.525/2022.

**CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**

**9.1.** Como critério de medição, para fins de pagamento, será adotado o FORNECIMENTO, nos termos da Nota de Autorização de Despesa (NAD), obedecendo ao valor dos itens registrados.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

**10.1. Do prazo para pagamento:**

**10.1.1.** O pagamento pela execução do contrato dar-se-á no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da emissão da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, não podendo ultrapassar o prazo previsto no Art. 343, § 1º do Decreto Estadual n. 1.525/2022.

**10.1.1.1.** O prazo acima mencionado está vinculado ao atesto da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, após a sua emissão, junto a Defensoria Pública Estadual.

**10.1.2.** O pagamento da nota fiscal, fatura ou documento equivalente observará as condições previstas no contrato em conformidade com o art. 372 e seguintes do Decreto Estadual 1.525/2022.

**10.1.3.** Verificadas quaisquer irregularidades, a Defensoria Pública Estadual deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação, sem prejuízo do prosseguimento do processo de pagamento.

**10.1.4.** A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Defensoria Pública Estadual, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

**10.1.5.** É facultada a retenção dos créditos decorrentes dos contratos, até o limite dos prejuízos causados à Defensoria Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## **DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS**

**10.1.6.** Na hipótese de fatos impeditivos do pagamento decorrentes de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a interrupção destes fatos.

**10.1.7.** Caso o atraso no pagamento seja motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido será corrigido pelo IPCA, conforme apuração desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

### **10.2. Do pagamento simplificado:**

**10.2.1.** Para realização de pagamentos nos contratos de compra, locação de bens, fornecimento de mercadorias e prestação de serviços, especialmente os contínuos, excluídos os contratos sob o regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, se não houver situação de inexecução contratual, exigir-se-á do contratado, para pagamento, no mínimo:

a) a prova da regularidade fiscal perante o Estado de Mato Grosso;

b) a prova de regularidade perante a Fazenda Pública do município do domicílio ou sede do contratado.

**10.3.** Os pagamentos serão realizados mediante a comprovação:

a) prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso, abrangendo inclusive débitos inscritos em dívida ativa;

b) prova de regularidade junto à Dívida Ativa do Estado, expedida pela Procuradoria-Geral do Estado da sede ou domicílio do credor e do Estado de Mato Grosso;

c) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, previsto no art. 27 da Lei Federal nº 8.036/1990, em plena validade, relativa à contratada;

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (art. 195, § 3º, da Constituição Federal);

e) prova da regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) prova de regularidade junto à Fazenda Municipal da sede ou domicílio do credor.

**10.4.** Sendo a prestação de serviços realizada nas dependências da Defensoria Pública Estadual, reter-se-á da contratada o percentual de 11% (onze por cento) do valor da nota fiscal ou fatura descontado o valor relativo ao custo dos materiais, quando houver, e recolher-se-á ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a importância em até 20 (vinte) dias do mês subsequente ao da emissão da respectiva nota fiscal ou fatura.

**10.4.1.** O valor retido de que trata o item acima deverá ser destacado na nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.

**10.5.** Os documentos comprobatórios de regularidade fiscal, social e trabalhista previstos nos itens do pagamento simplificado devem estar válidos até o final do prazo para atesto do respectivo fiscal, não sendo impeditivo para pagamento o seu vencimento após esta data.

**10.5.1.** O atesto do fiscal deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do protocolo da respectiva nota, fatura, recibo ou documento equivalente, instruído com os documentos exigidos nesta cláusula e respectivo instrumento contratual.

**10.6.2.** A não comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista nos termos do item anterior não ensejará retenção de pagamento, cabendo ao respectivo fiscal ou gestor adotar as providências para apuração de possível descumprimento contratual.

**10.7.** Além dos documentos exigidos nos itens sobre pagamento simplificado poderá ser exigido da contratada, para fins de pagamento, os documentos previstos no respectivo contrato ou instrumento equivalente.

**10.8.** As demais previsões acerca de pagamento não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022, no que couber.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS GLOSAS**

**11.1.** A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso poderá realizar glosas nas faturas conferidas, indicando-as nos avisos de crédito a serem enviados à Contratada, nas seguintes hipóteses:

a) Glosa administrativa: aplicada quando da evidência, pelo fiscal do Contrato ou documento equivalente, do não cumprimento de parâmetros administrativos estabelecidos para a cobrança de



**DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS**

serviços, tais como: ausência de assinaturas; rasuras; ausência de apresentação de documentos referentes ao pagamento, etc;

**b)** Glosa técnica: aplicada quando da ocorrência de cobranças indevidas dos itens que compõem as faturas apresentadas.

**11.2.** As glosas poderão ser objeto de recurso por parte da Contratada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após seu pagamento, por escrito, onde conste o número da correção informada no aviso, número do contrato, ou documento equivalente, mês da prestação dos serviços, valor recusado e as devidas justificativas, para análise pelo fiscal do Contrato da Defensoria Pública Estadual. Esgotado este prazo, as glosas serão consideradas definitivas.

**11.3.** Na hipótese de silêncio ou inércia da Contratada quanto às divergências apontadas, decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias para interposição de recurso de glosa, dar-se-á rasa, total e plena quitação de toda e qualquer diferença.

**11.4.** A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso terá prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento formal do recurso, para apresentar à Contratada, também por escrito, o resultado da análise realizada, providenciando os devidos acertos, se for o caso.

**11.5.** A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso poderá, também no prazo de 60 (sessenta) dias após os pagamentos, proceder a correções em virtude da identificação de questões não verificadas quando do processamento das faturas.

**11.6.** Fica acordado que os acertos a serem realizados acontecerão sempre de acordo com os calendários de pagamentos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

<b>Dotação Orçamentaria:</b> 10101.0001.03.122.036.2007.9900.339000000.15000000.08.1
<b>Dotação Orçamentaria:</b> 10101.0001.03.131.036.2014.9900.339000000.15000000.08.1
<b>Dotação Orçamentaria:</b> 10101.0001.03.131.036.2014.9900.339000000.15000000.08.1
<b>Dotação Orçamentaria:</b> 10101.0001.03.122.036.2007.9900.339000000.15000000.08.1
<b>Dotação Orçamentaria:</b> 10101.0001.03.131.036.2014.9900.339000000.15000000.08.1
<b>Dotação Orçamentaria:</b> 10101.0001.03.131.036.2014.9900.339000000.15000000.01.1
<b>Elemento de despesa:</b> 39

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA GARANTIA DO OBJETO:**

**13.1.** A Contratada deverá apresentar prazo de garantia do objeto no prazo de até 30 (trinta) dias, garantindo a qualidade dos produtos utilizados na veiculação da publicidade.

**13.1.1.** Em havendo a necessidade de substituição em virtude de não apresentar condições de uso, apesar de a garantia estar adequada, a Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para troca desse produto/reexecução do serviço, sem custo adicional para a contratante, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

**13.2.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual, e será de 5%, nos termos do edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

**14.1.** Será possível a realização de acréscimos ou supressões de quantitativos do objeto, nos termos do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c art. 279 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

## **DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE CONTRATUAL:**

**15.1.** A data-base para eventual concessão de reajuste será a data da proposta da empresa vencedora, cujo interstício mínimo para deferimento será o período de doze meses, contado da data-base, indexado pelo INPC.

**15.1.1.** Considerando que o contrato prevê duração inferior a esse período, o reajuste somente será concedido caso haja prorrogação excepcional que dê ensejo à anualidade.

**15.2.** As demais previsões acerca de pagamento não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022, no que couber.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA REVISÃO:**

**16.1** A revisão será concedida nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c Decreto Estadual nº 1.525/2022.

**16.1.1** O prazo para respostas dos pedidos de revisão será de 60 dias úteis.

**16.2.** As demais previsões acerca da revisão não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022, no que couber.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**17.1.** Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste instrumento, a contratada se compromete a:

**17.1.1.** Após a homologação da licitação, assinar a Ata de Registro de Preços e/ou o Contrato no prazo, máximo, de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento da convocação oficial;

**17.1.2.** Manter contato com a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso sobre quaisquer assuntos relativos aos bens/serviços contratados, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

**17.1.3.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

**17.1.4.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

**17.1.5.** Fiscalizar o perfeito cumprimento da prestação a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

**17.1.6.** Comunicar imediatamente à Defensoria Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para o recebimento de correspondência;

**17.1.7.** Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, com relação aos bens fornecidos/execução de serviço;

**17.1.8.** Executar a prestação, conforme a solicitação da Defensoria Pública, obedecendo a proposta apresentada, dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com as especificações do Termo de Referência, proposta de preço apresentada, ata de registro de preços, contrato e/ou documento equivalente responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

**17.1.9.** Manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, contrato, e/ou documento equivalente a este, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação;

**17.1.10.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Defensoria Pública, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Defensoria, imediatamente, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando do fornecimento ora contratado;

**17.1.11.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Defensoria Pública, no tocante ao fornecimento do produto/prestação de serviço, assim como ao cumprimento das obrigações constantes do contrato ou documento equivalente a este;

**17.1.12.** Indenizar terceiros e/ou este Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;



## **DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS**

- 17.1.13.** Incluir todas as despesas relativas ao objeto contratado nos preços ofertados (tributos, seguros, encargos sociais, frete, etc);
- 17.1.14.** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Defensoria Pública do Estado;
- 17.1.15.** Responsabilizar-se por todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento/execução do serviço em questão, bem como pelos Contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo esta instituição de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- 17.1.16.** Credenciar junto a esta Defensoria um preposto para prestar esclarecimentos e atender às reclamações/solicitações que surgirem durante a execução do contrato e/ou instrumento equivalente a este;
- 17.1.17.** Cumprir quaisquer outras exigências legais pertinentes ao objeto, que por ventura não tenham sido explicitados no Termo de Referência, ata de registro de preços, contrato e /ou documento equivalente;
- 17.1.18.** Fornecer os bens/executar o serviço dentro do quantitativo estimado na tabela constante neste instrumento;
- 17.1.19.** Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando ao correto fornecimento dos produtos/ prestação do serviço;
- 17.1.20.** Utilizar empregados capacitados, com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 17.1.21.** Adotar, se for o caso, os princípios da logística reversa na execução do objeto (descarte, rotas de entrega, parcerias, políticas de devolução, etc).
- 17.1.22.** Adotar, no que couber, práticas de sustentabilidade ambiental, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010(Do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão).

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA:**

- 18.1.** A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso obriga-se a:
- 18.1.1.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratadas, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada nas dependências da Defensoria Pública;
- 18.1.2.** Permitir ao pessoal da Contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;
- 18.1.3.** Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos/ prestação de serviço;
- 18.1.4.** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas neste instrumento, garantindo a real disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à empresa fornecedora dos produtos/prestação dos serviços ora contratados, sob pena de ilegalidade dos atos;
- 18.1.5.** Receber os bens/serviços, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste instrumento;
- 18.2.** Recusar os bens/serviços devolvê-los nas seguintes hipóteses:
- 18.2.1.** Que apresentarem vício de qualidade ou impropriedade para o uso;
- 18.2.2.** Que possuírem nota fiscal com especificação e quantidade em desacordo com presente Contrato;
- 18.2.3.** Quando entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios deste.
- 18.2.** Efetuar o pagamento, após o recebimento definitivo, o qual deverá atender aos termos do Decreto Estadual nº 1.525/2022, após o recebimento definitivo dos produtos/serviços, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente desde que a Nota Fiscal esteja atestada por responsável da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

## **DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS**

**18.3.** Se for o caso, exigir a substituição, de qualquer empregado ou preposto da Contratada que não atue adequadamente no trato dos serviços, estiverem sem uniforme ou crachá, que produza complicações com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

**18.4.** A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - DPMT coibirá situações associadas a Assédio Moral, Sexual ou Discriminação conforme Resolução Nº 006/2023/DPG, promovidas no âmbito da relação contratual administrativa cometidas por agentes públicos no relacionamento entre seus servidores e a contratada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**19.1.** Com previsão no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c com o Decreto Estadual nº 1.525/2022, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**19.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**19.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Defensoria Pública Estadual, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**19.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**19.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**19.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**19.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**19.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**19.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**19.1.9.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**19.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**19.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**19.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**19.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no art. 366 do Decreto nº 1.525/2022 as seguintes sanções:

**19.2.1. advertência;**

**19.2.1.1.** A sanção de advertência será aplicável nas hipóteses de inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo licitante ou fornecedor e que não justifique imposição de penalidade mais grave, nos termos do artigo 368 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

**19.2.2. multa;**

**19.2.2.1.** A sanção de multa será aplicada isolada ou cumulativamente com outras penalidades no caso de atraso injustificado ou em qualquer outro caso de inexecução que implique prejuízo ou transtorno à administração na forma prevista em edital ou em contrato.

**19.2.2.2.** Fica fixado o percentual da multa pelo descumprimento do contrato em 30% do valor contratado.

**19.2.3. impedimento de licitar e contratar;**

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

**19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.**

## **DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS**

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

**19.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**19.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**19.3.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**19.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**19.3.4.** os danos que dela provierem para a Defensoria Pública;

**19.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**19.4.** A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) no âmbito Estadual.

**19.5.** É admitida a reabilitação do licitante ou Contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**19.5.1.** reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**19.5.2.** pagamento da multa;

**19.5.3.** transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**19.5.4.** cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**19.5.5.** análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**19.6.** Todas as questões referentes as sanções administrativas não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022 c/c Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PRERROGATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA:**

**20.1.** A Contratada reconhece os direitos da Defensoria Pública Estadual concernente a:

**20.1.1.** Extingui-lo, unilateralmente, nos casos especificados no artigo 104 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c com o Capítulo X do Decreto Estadual nº 1.525/2022;

**20.1.2.** Aplicar as sanções motivadas pela inexecução, total ou parcial do contrato;

**20.1.3.** Fiscalizar a execução do ajuste.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:**

**21.1.** O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c com Capítulo X do Decreto Estadual nº 1.525/2022, acarretando as consequências previstas legalmente;

**21.2.** A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa.

**21.3.** A rescisão, por algum dos motivos previstos Lei Federal nº 14.133/2021, não dará ao Contratado direito a indenização a qualquer título, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial;

**21.4.** A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da Contratante, a retenção dos créditos decorrentes do futuro e eventual Contrato, limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste até a completa indenização dos danos;

## **DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS**

**21.5.** Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pela Contratante, previstas no Contrato e comprovadamente realizadas pela Contratada.

**21.6.** Todas as questões referentes a extinção contratual não expressas na presente cláusula serão regidas pelo Decreto Estadual nº 1.525/2022 c/c Lei Federal nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:**

**22.1.** Em virtude da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, fica estabelecido que:

**22.1.1.** A Contratada obriga-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como com as determinações de órgãos reguladores e fiscalizadores da matéria, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**22.1.2.** O contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso ou dos clientes deste para a Contratada.

**22.1.3.** A Contratada tratará os dados pessoais a que tiver acesso em virtude do contrato apenas para a execução e na medida do necessário para atender as finalidades do objeto contratado.

**22.1.4.** A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso não autoriza a Contratada a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de dados pessoais objeto do Contrato.

**22.1.5.** A Contratada não poderá, sem autorização e/ou instruções prévias da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, transferir ou, de qualquer outra forma, compartilhar e/ou garantir acesso aos Dados Pessoais ou a quaisquer outras informações a terceiros.

**22.1.6.** A Contratada deverá manter sigilo das operações de tratamento de dados pessoais que realizar em razão do contrato, bem como implementar medidas técnicas e administrativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais seja estruturado de forma a atender aos requisitos de segurança, padrões de boas práticas de governança e princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

**22.1.7.** As obrigações de sigilo e processamento dos dados pessoais impostos à Contratada se estendem a seus prepostos e subcontratados (se autorizado em contrato), garantindo que o acesso aos dados pessoais somente seja concedido às pessoas designadas para executar as atividades descritas no Contrato e que estejam sob obrigação de confidencialidade com relação aos dados pessoais tratados.

**22.1.8.** A Contratada deverá realizar as atividades de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato segundo as instruções lícitas e documentadas fornecidas pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso; conforme a política de privacidade e demais normas internas da Defensoria Pública Estadual; bem como da legislação pertinente à proteção de dados pessoais, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente causar à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e a terceiros, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

**22.1.9.** A Contratada responderá administrativa e judicialmente, sem prejuízo de eventual reparo a dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, que causar a terceiros, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais decorrentes do contrato, por violação à legislação de proteção de dados pessoais e às instruções lícitas da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, bem como por violação da segurança, nos termos do Parágrafo único do Artigo 44 da LGPD.

**22.1.10.** A Contratada fica obrigada a garantir a segurança da informação prevista na LGPD, nas normas regulamentares pertinentes e no instrumento contratual, em relação aos dados pessoais, mesmo após o seu término.

**22.1.11.** A Contratada deverá notificar a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sobre exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados, bem como sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais bem como

## **DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS**

intimações e notificações judiciais ou de outras autoridades públicas, que venha a receber em razão do contrato.

**22.1.12.** A Contratada se compromete a cooperar e a fornecer à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, no prazo estabelecido, todas as informações relacionadas ao tratamento de dados pessoais que estiverem sob sua custódia em razão do contrato e que sejam necessárias para responder às solicitações ou reclamações feitas com fundamento na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

**22.1.13.** A Contratada deverá notificar a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, por escrito e imediatamente após tomar ciência do fato, sobre a ocorrência de incidente de segurança envolvendo dados pessoais tratados em razão do contrato. Essa notificação deverá conter, no mínimo:

- a) data e hora provável do incidente;
- b) data e hora da ciência pela Contratada;
- c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente;
- d) número de titulares afetados e demais informações sobre os titulares envolvidos;
- e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para reparar o dano e evitar novos incidentes;
- f) os riscos relacionados ao incidente;
- g) dados de contato do Encarregado de Proteção de Dados ou outra pessoa junto à qual seja possível obter mais informações sobre o ocorrido;
- h) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata.

**22.1.14.** A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da Contratada com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a Contratada possui perante a LGPD e o Contrato.

**22.1.15.** A Contratada arcará com todos os custos, incluindo indenizações e penalidades aplicadas à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso por eventuais danos que esta venha a sofrer em decorrência do uso indevido dos dados pessoais por parte da Contratada, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança (técnica e administrativa), descumprimento das regras da lei geral de proteção de dados citadas no contrato e das orientações do Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, sem prejuízo da aplicação das penalidades do contrato.

**22.1.16.** A Contratada declara que, caso utilize sistema próprio para armazenamento dos dados fornecidos pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso para execução dos serviços:

- a) adotará procedimentos e controles, abrangendo, no mínimo, a autenticação, a criptografia, a detecção de intrusão e a prevenção de vazamento de informações e dados recebidos da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso para execução do objeto do Contrato;
- b) realizará testes e varreduras para detecção de vulnerabilidade, mantendo seus sistemas eletrônicos livres de programas maliciosos;
- c) efetuará a gestão de acessos aos seus sistemas eletrônicos pelos seus prepostos, de forma efetiva, assegurando o cumprimento das obrigações do Contrato e da legislação reguladora;
- d) manterá o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- e) seguirá os padrões de segurança técnica e procedimentos de segurança das informações testadas e validadas e referendados pelo Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso por meio do contrato ou em suas Políticas de Governança, de Segurança da Informação e de Privacidade.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS:**

**23.1.** Os casos omissos da contratação serão resolvidos através dos seguintes dispositivos legais: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 10.406/2002, Lei Federal nº 8.078/1990, Decreto Estadual nº 1.525/2022, Lei Estadual nº 11.123/2020 e todas alterações posteriores e, supletivamente, dispositivos legais aplicáveis e vigentes, bem como os princípios da teoria geral dos contratos, disposições de direito administrativo e direito privado.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO:**

**24.1.** Vincula-se ao contrato e/ou documento equivalente a este, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, proposta da Contratada, e a Nota de Autorização de Despesa.

**DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS – GERÊNCIA DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS**

---

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO**

**25.** Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais

Cuiabá/MT, 09 de janeiro de 2024.

---

**MARIA LUZIANE RIBEIRO DE CASTRO**

Defensora Pública Geral  
Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso

---

**INFLUENTE COMUNICAÇÃO E ESTRATEGIA LTDA**

*Rep. Legal: Estefanio de Melo Silva*

**Testemunha:**

**1º** \_\_\_\_\_ **2º** \_\_\_\_\_